

## Artigo 30.º

**Contraordenações**

Sem prejuízo das contraordenações fixadas no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 173/2012, de 2 de agosto que estabelece as regras aplicáveis ao exercício da atividade de comércio por grosso exercida de forma não sedentária, bem como as condições de realização de feiras grossistas, constitui ainda contraordenação, puníveis com coima a violação das seguintes normas do Regulamento:

- a) Inobservância das proibições constantes do artigo 17.º do presente Regulamento;
- b) Incumprimento dos deveres do artigo 19.º do presente Regulamento.

## Artigo 31.º

**Negligência e tentativa**

1 — A negligência é sempre punível, sendo os limites, mínimo e máximo das coimas reduzidos para metade.

2 — A tentativa é punível com coima aplicável à contraordenação consumada, especialmente atenuada.

## Artigo 32.º

**Coimas**

As contraordenações previstas nas alíneas a) e b) do art.º 30.º são puníveis com coima de Euros 250,00 a Euros 2.500,00, tratando-se de pessoa singular e de Euros 750,00 a Euros 7.500,00, no caso de se tratar de uma pessoa coletiva.

## Artigo 33.º

**Sanções acessórias**

Para além das coimas previstas no artigo anterior, poderão, ainda, quando a gravidade da infração o justifique e, nomeadamente, em caso de reincidência do infrator ser aplicadas as seguintes sanções acessórias:

- a) Encerramento dos locais que estejam a funcionar sem autorização;
- b) A revogação da autorização de ocupação de locais de venda, nos casos de violação reiterada das obrigações constantes deste regulamento e consequente cancelamento do cartão de comerciante grossista;
- c) Apreensão dos objetos utilizados na prática da contraordenação.

## Artigo 34.º

**Cumprimento de dever**

Sempre que a contraordenação resulte de omissão de um dever, o pagamento da coima não dispensa o infrator do seu cumprimento, se este ainda for possível.

## Artigo 35.º

**Legislação supletiva e receitas**

A aplicação das coimas e sanções acessórias obedecerá, em tudo quanto aplicável, ao disposto no Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro e demais legislação aplicável.

**CAPÍTULO V****Disposições Finais**

## Artigo 36.º

**Omissões**

1 — Em tudo o que não estiver disposto no presente Regulamento, aplicar-se-ão as disposições constantes da legislação citada como habitante no presente Regulamento.

2 — As dúvidas suscitadas na aplicação das disposições contidas no presente Regulamento serão resolvidas por deliberação da Câmara Municipal de Entroncamento.

## Artigo 37.º

**Disposição Transitória**

Enquanto o balcão único eletrónico de serviços não permitir a realização dos procedimentos previstos neste Regulamento, podem os mesmos ser realizados através do preenchimento do formulário próprio disponível no sítio da internet da Câmara Municipal de Entroncamento e entregue nos correspondentes serviços, presencialmente, em suporte de papel ou através de correio convencional ou correio eletrónico.

## Artigo 38.º

**Norma revogatória**

Com a entrada em vigor do presente regulamento, fica revogado o anterior Regulamento da Atividade de Comércio por Grosso quando Exercida de Forma Não Sedentária.

## Artigo 39.º

**Entrada em vigor**

O presente regulamento entra em vigor após a sua publicitação nos termos legais.

206777996

**Edital n.º 222/2013**

Jaime Manuel Gonçalves Ramos, Presidente da Câmara Municipal do Entroncamento:

Faz saber que, por deliberação tomada em reunião realizada em 18 de fevereiro de 2013, e nos termos do artigo 118.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de novembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de janeiro, é submetida a inquérito público a alteração à Tabela de Taxas e Licenças Não Urbanísticas, pelo período de 30 dias a contar da publicação do presente edital, na 2.ª série do *Diário da República*, podendo as sugestões ser apresentadas por escrito, durante aquele período, na Secção de Licenças e Taxas, durante as horas normais de expediente, encontrando-se igualmente disponível na página oficial do município em [www.cm-entroncamento.pt](http://www.cm-entroncamento.pt).

Para constar, se publica o presente edital e outros de igual teor que vão ser afixados nos lugares públicos do costume.

E eu, *Gilberto Pereira Martinho*, Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças, o subscrevi.

20 de fevereiro de 2013. — O Presidente da Câmara, *Jaime Manuel Gonçalves Ramos*.

**Proposta de Alteração à Tabela de Taxas não Urbanísticas**

Legislação ultimamente surgida sobre a modernização e simplificação de processos administrativos, designadamente o Decreto-Lei n.º 173/2012 de 2 de agosto que regula a atividade de comércio por grosso exercida de forma não sedentária em feiras e o Decreto-Lei n.º 204/2012 de 29 de agosto que procede à alteração de alguns aspetos relacionados com as denominadas “Atividades Diversas”, entre outros, elimina o licenciamento para a exploração de máquinas de diversão eletrónicas, mantendo contudo a obrigatoriedade do seu registo e a classificação dos respetivos temas de jogo, levam-nos a propor alterações à tabela de taxas não urbanísticas.

**Método de Fundamentação das Taxas**

De acordo com o princípio da equivalência jurídica — artigo 4.º da Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro (Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais — RGTAL), — o valor das taxas das autarquias locais é fixado tendo em conta o princípio da proporcionalidade, não devendo ultrapassar o custo da atividade pública local ou o benefício auferido pelo particular.

No número dois do mesmo artigo admite-se que as taxas, respeitando a necessária proporcionalidade, podem ser fixadas com base em critérios de desincentivo à prática de certos atos ou operações.

Neste sentido, a seguir se procede a uma sucinta explanação da metodologia adotada na mencionada fundamentação económico-financeira, constante dos quadros que integram o presente documento, de modo a permitir uma melhor compreensão dos mesmos.

**Estimação do Custo da Contrapartida**

O custo da contrapartida associada a cada taxa resultou da aplicação da seguinte fórmula:

$$CC = Tm \times CMOD + Tm \times AM + Tm \times FSE + Tm \times CIND$$

CC — Custo da contrapartida associada a cada taxa;

TM — Tempo médio de execução das tarefas associadas a cada taxa, em minutos;

CMOD — Custo da Mão-de-obra direta, por minuto;

CAM — Amortizações de cada Centro de Custo Principal respetivo, por minuto;

CFSE — Fornecimentos e Serviços de Terceiros, por minuto;

CIND — Custo da Mão-de-obra direta, + Amortizações + FSE dos Centros Auxiliares, por minuto O CMOD — Custo/minuto em Mão-de-obra direta, foi estimado considerando o valor da remuneração por minuto dos funcionários.

O CAM — Custo/minuto com as Amortizações

O CFSE — Custo/minuto com FSE (Eletricidade + Conservação e Reparação + Limpeza + Encargos Financeiros).

O CIND — Custos Indiretos/ minuto, que resultam da repartição pelos Centros de Custos Principais dos custos de Mão-de-obra Direta, dos custos com FSE e dos custos das Amortizações dos Centros de Custos Auxiliares.

## Taxas Propostas

De acordo com a metodologia seguida, o valor das taxas agora definido teve em conta o referencial de base (custo da contrapartida ou outro referencial) multiplicado pelo coeficiente de benefício do requerente e pelo coeficiente de incentivo/desincentivo.

Nas taxas em que o coeficiente de benefício é determinante na fixação do seu quantitativo (casos em que o coeficiente de benefício é superior a um), a estimativa do custo da contrapartida serve como um valor referencial, permitindo ainda dar-se expressão/tradução numérica ao benefício do particular.

Ora, quando o Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais estabelece que o valor da taxa não poderá ser superior ao custo da atividade local ou ao benefício auferido pelo particular, está a permitir indexar taxas ao benefício que o município entende que se refletirá na esfera do particular ao potenciar situações geradoras de rentabilidade, sem que, no entanto, seja possível, como é evidente, a quantificação desse benefício, que poderá divergir de particular para particular em função da sua capacidade de aproveitamento e de geração/produção de rendimento.

Assim sendo, por potencial rentabilidade, os municípios poderão exigir o pagamento de taxas que incidem sobre utilidades prestadas aos particulares, em respeito pelo princípio da prossecução do interesse público local e visando a satisfação das necessidades financeiras das autarquias locais e a promoção de finalidades sociais e de qualificação urbanística, territorial e ambiental.

Por outro lado, refere-se que o valor da taxa poderá suportar um coeficiente de incentivo/desincentivo consoante se pretenda estimular/retrair a ocorrência de determinada prática ou comportamento, assumindo este coeficiente valor inferior ou superior a um, respetivamente.

Os coeficientes de benefício e de incentivo/desincentivo então definidos visam traduzir de uma forma consistente as estratégias políticas municipais, nos termos que melhor constam, para cada taxa específica, dos quadros que se seguem.

A aplicação desta metodologia tem a vantagem de tornar mais explícitas as opções feitas quando se fixam os valores das taxas, favorece o controle político sobre os valores propostos e realça as correções que necessitam de ser introduzidas no valor das mesmas.

Importará ainda referenciar que na fixação do valor das taxas se privilegie a manutenção das opções políticas subjacentes à fixação dos valores das taxas atuais.

**Atividade de comércio por grosso exercida de forma não sedentária em feiras — Decreto-Lei n.º 173/2012 de 2 de agosto**

Relativamente a esta atividade, estipula o Decreto-Lei n.º 173/2012 de 2 de agosto no n.º 1 do seu artigo 13.º que as câmaras municipais devem organizar um registo dos comerciantes que exercem a atividade de venda por grosso em feiras na área do respetivo município.

Assim propõe-se que o referido registro se processe através da respectiva aplicação informática e que seja atribuído um “cartão de grossista” criando-se para o efeito uma taxa na Subsecção III — Mercado Grossista, da Secção VII — Mercados e Feiras, do Capítulo II — Atividades Económicas da Tabela de Taxas Não Urbanísticas.

Propõe-se que a taxa a aplicar seja a que já vigora para o “cartão de vendedor ambulante” (Subsecção IV), visto que o procedimento administrativo e respetivos custos são em tudo semelhantes.

O referido normativo determina também a possibilidade de realização de feiras grossistas por entidades privadas singulares ou coletivas, em locais de domínio privado (artigo 5.º) e de feiras grossistas em locais do domínio público (artigo 6.º), sendo da Câmara a competência para a respetiva autorização.

Estas duas situações encontram-se previstas no projeto de Regulamento da Atividade de Comércio por grosso do Município de Entroncamento, respetivamente nos seus artigos 25.º e 26.º

Relativamente à realização de feiras grossistas em locais de domínio privado, prevê-se o pagamento de uma taxa destinada a cobrir os encargos do município com o processo de autorização, sendo de destacar o processo de apreciação administrativa com vista ao cumprimento dos referidos artigos 5.º e 6.º e também o processo quer de fiscalização prévia dos recintos, com vista a dar cumprimento ao artigo 7.º do mesmo decreto-lei, quer de fiscalização do cumprimento da lei nos termos do artigo 14.º

De referir que o artigo 7.º da Subsecção III da Secção VII, foi alterado no sentido de conter as novas taxas decorrentes, mantendo em vigor as anteriores relativas ao estacionamento de revenda por viatura ou reboque, isto é, as taxas por carro ligeiro/dia e carro pesado/dia.

Assim:

| Itens da tabela |   | Tempo, em minutos |           |          |                   | Custo/minuto, em euros |       |           |          |                   |                   |              |                   |                   |              | A — Total custos diretos + custos indiretos |                  |       |
|-----------------|---|-------------------|-----------|----------|-------------------|------------------------|-------|-----------|----------|-------------------|-------------------|--------------|-------------------|-------------------|--------------|---|------------------|-------|
| SEÇÃO VII       | Mercados e feiras   | Fiscalização      | Dirigente | Vereador | 0,154             | Fiscalização           | 0,179 | 0,502     | 0,5010   | Área secretaria   | 0,0400            | 0,012        | 0,14              | 0,622             | Fiscalização |   | 0,012            | 0,04  |
|                 |   |                   |           |          |                   |                        |       |           |          |                   |                   |              |                   |                   |              |   |                  |       |
|                 |   |                   |           |          |                   |                        |       |           |          |                   |                   |              |                   |                   |              |   |                  |       |
| SUBSECÇÃO III   | Mercado/feiras grossistas   |                   |           |          | Mercados e feiras | Fiscalização           |       | Dirigente | Vereador | Mercados e feiras | Recinto multiusos | Fiscalização | Mercados e feiras | Recinto multiusos | Fiscalização |   | Custos indiretos |       |
| Artigo 7.º      |   | sem alteração     |           |          |                   |                        |       |           |          |                   |                   |              |                   |                   |              |   |                  |       |
| 1.              | Estacionamento de revenda por viatura ou reboque (c):                                   | 15                | 20        | 0        | 0                 | 2,31                   | 3,58  | 0,00      | 0,00     | 0,00              | 0,08              | 0,00         | 0,23              | 2,10              | 0,00         | 0,23  | 0,60             | 9,13  |
| 1.1             | Cada carro ligeiro (por dia) . . . . .  |                   |           |          |                   |                        |       |           |          |                   |                   |              |                   |                   |              |   |                  |       |
| 1.2.            | Cada carro pesado (por dia):  | 30                | 90        | 5        | 5                 | 4,61                   | 16,12 | 2,51      | 2,51     | 2,51              | 0,08              | 0,00         | 1,05              | 4,20              | 0,00         | 1,04  | 1,20             | 33,32 |
| 1.2.1.          | Até 10 000 kg de peso bruto . . . . .   |                   |           |          |                   |                        |       |           |          |                   |                   |              |                   |                   |              |   |                  |       |
| 1.2.2.          | Igual ou superior a 10 000 kg de peso bruto   |                   |           |          |                   |                        |       |           |          |                   |                   |              |                   |                   |              |   |                  |       |
| 2.              | Cartões:  |                   |           |          |                   |                        |       |           |          |                   |                   |              |                   |                   |              |   |                  |       |
| 2.1.            | Emissão de cartão . . . . .   |                   |           |          |                   |                        |       |           |          |                   |                   |              |                   |                   |              |   |                  |       |
| 3.              | Feiras grossistas organizadas por entidades privadas em locais de domínio privado . . . |                   |           |          |                   |                        |       |           |          |                   |                   |              |                   |                   |              |   |                  |       |
| 4.              | Feiras grossistas organizadas por entidades privadas em locais de domínio público:      |                   |           |          |                   |                        |       |           |          |                   |                   |              |                   |                   |              |   |                  |       |
| 4.1             | Taxa para autorização da realização da feira  | 30                | 90        | 5        | 5                 | 4,61                   | 16,12 | 2,51      | 2,51     | 2,51              | 0,08              | 0,00         | 1,05              | 4,20              | 0,00         | 1,04  | 1,20             | 33,32 |
| 4.2             | Taxa pela ocupação do espaço municipal por m²   | 0,4               | 0         | 0        | 0                 | 0,06                   | 0,00  | 0,00      | 0,00     | 0,00              | 0,00              | 0,04         | 0,00              | 0,05              | 0,23         | 0,00  | 0,02             | 0,40  |

## Taxas propostas

| Designação  | A — Total custos diretos + custos indiretos | B — Coeficiente benefício | C — Coeficiente incentivo/desincentivo | D = A × B × C | Taxa proposta |
|---|---|---------------------------|--|---------------|---------------|
| <b>Mercado/feiras grossistas</b>  |   |                           |  |               |               |
| <b>Mercado grossista</b>  |   |                           |  |               |               |
| Estacionamento de revenda por viatura ou reboque (c):                                       |   |                           |  |               |               |
| Cada carro ligeiro (por dia) .....  |   |                           |  |               |               |
| Cada carro pesado (por dia):  |   |                           |  |               |               |
| Até 10.000 kg de peso bruto .....   |   |                           |  |               |               |
| Igual ou superior a 10.000 kg de peso bruto .....   |   |                           |  |               |               |
| <b>Cartões (d):</b>   |   |                           |  |               |               |
| Emissão de cartão .....   | 9,13  | 1,00                      | 0,57                                   | 5,23          | 5,23          |
| Feiras grossistas organizadas por entidades privadas em locais de domínio privado (c) ..... | 33,32                                       | 2,00                      | 1,00                                   | 66,64         | 66,64         |
| Feiras grossistas organizadas por entidades privadas em locais de domínio público (c):      |   |                           |  |               |               |
| Taxa para autorização da realização da feira .....  | 33,32                                       | 2,00                      | 1,00                                   | 66,64         | 66,64         |
| Taxa pela ocupação do espaço público municipal, por m² .....                                | 0,40  | 1,00                      | 1,00                                   | 0,40          | 0,40          |
| <b>SUBSECÇÃO III</b>  |   |                           |  |               |               |
| <b>Artigo 7.º</b>   |   |                           |  |               |               |
| 1.  |   |                           |  |               |               |
| 1.1   |   |                           |  |               |               |
| 1.2   |   |                           |  |               |               |
| 1.2.1.  |   |                           |  |               |               |
| 1.2.2.  |   |                           |  |               |               |
| 2.  |   |                           |  |               |               |
| 2.1.  |   |                           |  |               |               |
| 3.  |   |                           |  |               |               |
| 4.  |   |                           |  |               |               |
| 4.1   |   |                           |  |               |               |
| 4.2   |   |                           |  |               |               |

a) Com IVA incluído à taxa normal;  
b) Com IVA incluído à taxa reduzida;  
c) Isento de IVA; d) IVA — não sujeito.

No que se refere à emissão do cartão, o custo de contrapartida associado à respetiva tramitação administrativa, constitui a sua base de fundamentação económica, sendo aplicados critérios de incentivo com vista à determinação da respetiva taxa. Regra geral, pretende-se incentivar os atos relacionados com a emissão do cartão, visto que o registo subjacente a essa emissão permite efetuar uma gestão mais adequada da atividade grossista.

Relativamente à realização de feiras grossistas por entidades privadas entende-se que para além do custo incorrido, a aplicação do coeficiente de benefício justifica-se, porque estamos perante atividades económicas geradoras de benefícios económicos futuros para o seu promotor, pelo que é legítimo que o município incorpore no valor a pagar uma parcela reduzida correspondente à sua participação nesse benefício.

Neste âmbito há ainda lugar ao pagamento do espaço público ocupado, com base numa taxa por m² igual ao valor a pagar no terrado do mercado semanal.

## Atividades diversas

## Venda ambulante de lotarias

Neste domínio, as alterações a efetuar referem-se à proposta de aditamento à descrição da taxa, passando de “Taxa pela licença, por ano ou fração”, para “Taxa pela licença, por ano ou fração (incluindo o “cartão de identificação”).

| CAPÍTULO IV   |       |
|---|-------|
| Actividades diversas (d)  |       |
| Artigo 2.º  |       |
| Venda ambulante de lotarias   |       |
| 1. Taxa pela licença, por ano ou fração (incluindo o “cartão de identificação”) ..... | 18,59 |

## Exploração de máquinas de diversão eletrónicas

O Decreto-Lei n.º 204/2012 de 29 de agosto que veio alterar e republicar o Decreto-Lei n.º 310/2002, de 18 de dezembro e suas sucessivas alterações, elimina o licenciamento para a exploração de máquinas de diversão eletrónicas, mantendo contudo a obrigatoriedade do seu registo e a classificação dos respetivos temas de jogo.

Segundo o n.º 2 do artigo 20.º, o registo é promovido pelo proprietário da máquina junto do presidente da câmara territorialmente competente em razão do local em que se presume que seja colocada em exploração, através do balcão único eletrónico.

Acrescenta o n.º 5 que as alterações de propriedade da máquina obrigam o adquirente a efetuar o averbamento respetivo, por comunicação no balcão único eletrónico dos serviços, que identifique o adquirente e o anterior proprietário, devendo o comprovativo da comunicação acompanhar a máquina a que respeita.

Relativamente aos “Temas dos jogos”, refere o n.º 7 do artigo 22.º que a substituição referida no n.º 5 deve ser comunicada pelo proprietário ao presidente da câmara no balcão único eletrónico dos serviços.

Em função destas determinações, torna-se necessário alterar a tabela de taxas de forma a adaptá-la a este novo enquadramento.

Assim, propõe-se a alteração do artigo 4.º do Capítulo IV — Atividades Diversas, o qual passará a ter as seguintes designações:

## Artigo 4.º

## Atividade de exploração de máquinas de diversão (foi alterado o título)

- 1 — Registo de máquinas, por cada máquina.
- 2 — 2.ª via de registo de máquina.
- 3 — Comunicação da transferência de propriedade, por cada máquina.
- 4 — Comunicação da substituição dos temas de jogo.

### Custos

| Itens da tabela |   | Tempo, em minutos |              |           |          | Custo/minuto, em euros |              |           |          |                  |              |                  |              |                  |   |
|-----------------|---|-------------------|--------------|-----------|----------|------------------------|--------------|-----------|----------|------------------|--------------|------------------|--------------|------------------|---|
|                 | CAPÍTULO IV<br>Atividades diversas<br><br>Artigo 4.º<br><br>Atividade de exploração de máquinas de diversão | Taxas e licenças  | Fiscalização | Dirigente | Vereador | 0,17537                | 0,1791       | 0,5018    | 0,5010   | 0,0144           | 0,0117       | 0,02246          | 0,01159      | 0,0933           | A — Total custos diretos + custos indiretos |
|                 |   |                   |              |           |          | Taxas e licenças       | Fiscalização | Dirigente | Vereador | Taxas e licenças | Fiscalização | Taxas e licenças | Fiscalização | Taxas e licenças |   |
|                 |   |                   |              |           |          | Modireta               |              |           |          | Amortizações     |              | FSE              |              | Custos indiretos |   |
| 1.              | Registo de máquinas, por cada máquina . . . . .   | 60                | 60           | 5         | 5        | 10,52                  | 10,75        | 2,51      | 2,51     | 0,86             | 0,70         | 1,35             | 0,70         | 5,60             | 35,49                                       |
| 2.              | 2.ª via de registo de máquina . . . . .   | 30                | 60           | 5         | 5        | 5,26                   | 10,75        | 2,51      | 2,51     | 0,43             | 0,70         | 0,67             | 0,70         | 2,80             | 26,32                                       |
| 3.              | Comunicação da transferência de propriedade, por cada máquina . . . . .                                     | 30                | 60           | 5         | 5        | 5,26                   | 10,75        | 2,51      | 2,51     | 0,43             | 0,70         | 0,67             | 0,70         | 2,80             | 26,32                                       |
| 4.              | Comunicação da substituição dos temas de jogo . . . . .   | 30                | 60           | 5         | 5        | 5,26                   | 10,75        | 2,51      | 2,51     | 0,43             | 0,70         | 0,67             | 0,70         | 2,80             | 26,32                                       |

### Taxas propostas

|   |   | A — Total custos diretos + custos indiretos | B — Coeficiente benefício | C — Coeficiente incentivo/desincentivo | D = A × B × C | Taxa proposta |
|---|---|---|---------------------------|--|---------------|---------------|
| CAPÍTULO IV<br>Atividades diversas<br><br>Artigo 4.º<br><br>Atividade de exploração de máquinas de diversão (d) |   |   |                           |  |               |               |
| 1.  | Registo de máquinas, por cada máquina . . . . .                         | 35,49                                       | 2,8                       | 1,0                                    | 98,89         | 98,89         |
| 2.  | 2.ª via de registo de máquina . . . . .                                 | 26,32                                       | 1,0                       | 2,0                                    | 52,65         | 52,65         |
| 3.  | Comunicação da transferência de propriedade, por cada máquina . . . . . | 26,32                                       | 1,9                       | 1,0                                    | 49,44         | 49,44         |
| 4.  | Comunicação da substituição dos temas de jogo . . . . .                 | 26,32                                       | 1,9                       | 1,0                                    | 49,44         | 49,44         |

a) Com IVA incluído à taxa normal;  
b) Com IVA incluído à taxa reduzida;  
c) Isento de IVA; d) IVA — não sujeito.

As taxas previstas atendem globalmente ao custo da contrapartida, sendo corrigido por um coeficiente de benefício de 2,8 no caso da taxa pelo registo de cada máquina, por se tratar de atividades de natureza comercial que trazem benefícios económicos para o seu promotor. O indicador aplicado pretendeu manter a taxa atualmente em vigor para o registo de máquinas. O mesmo procedimento se seguiu para o valor atualmente pago para a transferência de propriedade, entendendo-se para o item n.º 4 manter o mesmo valor tendo em consideração que cobre o custo incorrido e o referido anteriormente.

No caso da emissão de segunda via do registo de máquina, o custo da contrapartida é corrigido por um coeficiente de desincentivo, cujo objetivo é o de penalizar o recurso a este serviço, responsabilizando o promotor pelos cuidados que deverá ter na utilização do título de registo.

206777947

## MUNICÍPIO DA MADALENA

### Despacho n.º 3285/2013

Considerando que, a Proposta de Organização dos Serviços da Câmara Municipal da Madalena do Pico foi aprovada em reunião extraordinária da Câmara Municipal a 17 de dezembro de 2012 e em sessão ordinária da Assembleia Municipal a 28 de dezembro de 2012;

### Afetação/reafetação dos trabalhadores dos mapas de pessoal da Câmara Municipal da Madalena às unidades orgânicas flexíveis

(artigo 10.º, n.º 3, do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro)

| Serviço                          | Nome                               | Categoria           |
|----------------------------------|------------------------------------|---------------------|
| Afeta diretamente à Presidência  | Catarina Isabel Gaspar Manito      | Técnica Superior.   |
| Serviços Jurídicos (SJ)          | Sílvia Liliiana Simões Sêco        | Técnica Superior.   |
|                                  | Catarina Isabel R. M. Lopes        | Técnica Superior.   |
| Biblioteca Municipal (BM)        | Fernanda Maria R. S. Medeiros      | Técnica Superior.   |
|                                  | Ildeberta Maria V. da Silva Soeiro | Assistente Técnico. |
| Serviço Social de Educação (SCE) | Aldora Maria Leal Marcos           | Assistente Técnico. |
|                                  | Sandra Paula Marcos N. Pereira     | Assistente Técnica. |

### Divisão Administrativa e Financeira

Fernando António Correia Prata Evangelho — Chefe de Divisão

|   |                                      |                              |
|---|--------------------------------------|------------------------------|
| Secção de Recursos Humanos (SRH)                      | Maria Manuela da Silva Serpa         | Coordenadora Técnica.        |
|   | Lília Berta Leal                     | Técnica Superior.            |
|   | Carlos Dinis Goulart Silveira        | Assistente Técnico.          |
|   | Sónia Cláudia Amaral Goulart         | Assistente Técnico.          |
| Secção de Expediente, Arquivo e Documentação (SEAD)   | Maria Conceição G. Goulart Jorge     | Coordenadora Técnica.        |
|   | Carla Isabel Fernandes Dias          | Assistente Técnica.          |
|   | Manuel António Pereira Tavares       | Assistente Técnico.          |
|   | Ana Isabel Duarte Feijó Azevedo      | Assistente Técnica.          |
|   | Ana Maria Feliciano Melo             | Assistente Técnica.          |
|   | Maria Lúcia Neves Medeiros           | Assistente Operacional.      |
|   | José Manuel Matos Garcia             | Assistente Operacional.      |
|   | Fernando José Dutra Tavares          | Assistente Operacional.      |
|   | Cecília Maria Rosa Nunes             | Assistente Operacional.      |
| Secção de Contabilidade e Património (SCP)            | Maria Leontina R. O. Dutra Silva     | Coordenadora Técnica.        |
|   | Hélia Maria Neves Dutra              | Técnica Superior.            |
|   | Emanuel Nuno Garcia Vidal            | Técnico Superior.            |
|   | Maria Antónia Rosa de Oliveira       | Assistente Técnica.          |
|   | Maria Helena P. Tavares Marcos       | Assistente Técnica.          |
|   | Renato Nuno Lemos Matos              | Assistente Técnico.          |
| Sector de Informática (SI)                            | Ana Isabel Rodrigues da Costa        | Especialista de Informática. |
|   | Duarte Nuno Correia Bett. Neves      | Técnico de Informática.      |
|   | Carlos Marcelo Amaral Goulart        | Técnico Adj. Informática.    |
| Sector de Taxas e Licenças (STL)                      | Maria Isabel Garcia da Costa         | Assistente Técnica.          |
|   | João Nunes Cravo                     | Assistente Operacional.      |
|   | Gualter Manuel Rosa Sousa            | Assistente Operacional.      |
|   | Rui Miguel de Jorge Alberto          | Assistente Operacional.      |
|   | Maria Luisa R. Garcia Sousa          | Assistente Técnico.          |
|   | Mário Jorge Ávila Santos Maciel      | Assistente Técnico.          |
|   | Tânia Carina do R. da Silva Monteiro | Assistente Técnica.          |
|   | Miguel António Oliveira da Rosa      | Assistente Operacional.      |
| Sector de Aproveitamento e Fundos Comunitários (SAFC) | Bruno Roberto Gaspar de Faria        | Técnico Superior.            |
|   | Paulo Jorge Faria Marcos             | Assistente Técnico.          |
|   | Celestina Maria G. M. Furtado        | Assistente Técnica.          |

Considerando que, pelo Despacho n.º 1522/2013, *Diário da República*, 2.ª série — N.º 17 de 24, de janeiro de 2013, foi publicado o Regulamento de Organização dos Serviços Municipais da Câmara Municipal da Madalena do Pico;

Considerando que aquele regulamento, elaborado nos termos do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, e de acordo com os critérios fixados na Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, que adaptou à Administração Local o Estatuto do Pessoal Dirigente dos serviços e organismos da Administração Central Regional e Local do Estado constante da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua versão atual introduzida pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, (EPD), determinou a criação da unidade orgânica Divisão Administrativa e Financeira (DAF) e a extinção da unidade orgânica Divisão Administrativa, bem como, a reorganização da unidade orgânica Divisão de Urbanismo e Ambiente dando essa reorganização origem à unidade orgânica Divisão de Obras, Serviços Urbanos e Planeamento Urbanístico (DOSUPU).

Considerando que estavam reunidas todas as condições necessárias à conformação da estrutura interna das unidades orgânicas, bem como à afetação ou reafetação do pessoal do respetivos Mapas de Pessoal aprovados para o ano de 2013;

Determino, ao abrigo da competência que me confere a alínea a) do n.º 2 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, conjugado com o artigo 8.º e n.ºs 3 e 5 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, a afetação ou reafetação do pessoal dos respetivos mapas de pessoal aprovados, às unidades orgânicas que decorrem da estrutura, conforme segue: